

# ***Desigualdades e violências no capitalismo neoliberal***

**Rosilene Marques Sobrinho de França**  
*Organizadora*



**DESIGUALDADES E  
VIOLÊNCIAS NO  
CAPITALISMO NEOLIBERAL**



Rosilene Marques Sobrinho de França  
*Organizadora*

# **DESIGUALDADES E VIOLÊNCIAS NO CAPITALISMO NEOLIBERAL**

---

## **AUTORAS E AUTORES**

---

Adjaime de Freitas Cadete  
Adriana Rodrigues Cunha  
Adriana Siqueira Marreiro Magalhães  
Aline Mattos Fuzinatto  
Ana Kelma Cunha Gallas  
Beatriz Gershenson  
Carmem Letícia dos Santos  
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira  
Elaine Ferreira do Nascimento  
Estelyta Hanna Guedes Rodrigues Morais  
Gabriela Dutra Cristiano  
Gorge André Lando

Inês Castro Apreza  
Jordôa Moreira Leite  
Lucas Catarino Pereira de Sousa  
Maria D'Alva Macedo Ferreira  
Marisol Alcocer Perulero  
Marta Bramuci de Freitas  
Míriam Tháís Guterres Dias  
Olívia Cristina Perez  
Rodrigo Aragão da Silva  
Rosa Icela Ojeda Rivera  
Rosilene Marques Sobrinho de França  
Tamires Nogueira Santos  
Teresa Cristina Moura Costa

**Reitora**

Nadir do Nascimento Nogueira

**Vice-Reitor**

Edmilson Miranda de Moura

**Superintendente de Comunicação Social**

Jacqueline Lima Dourado

**Diretora da EDUFPI**

Olivia Cristina Perez

**Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas**

Solange Maria Teixeira (Coordenadora)

Jairo de Carvalho Guimarães

(Coordenador Adjunto)

**EDUFPI - Conselho Editorial**

Jacqueline Lima Dourado (presidente)

Olivia Cristina Perez (vice-presidente)

Carlos Herold Junior

César Ricardo Siqueira Bolaño

Fernanda Antônia da Fonseca Sobral

Jasmine Soares Ribeiro Malta

João Batista Lopes

Kássio Fernando da Silva Gomes

Maria do Socorro Rios Magalhães

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

**Comitê Editorial ad hoc**

Anabella Pavão da Silva (UNESP/Franca)

Juliano Vargas (PPGPP/UFPI)

Marfisa Martins Mota de Moura (UNIFSA)

Mauriceia Lígia Neves da Costa Carneiro  
(DSS/UFPI)

Renato Tadeu Veroneze (UEMG)

**Edição e Normalização Bibliográfica**

Rosilene Marques Sobrinho de França

Ana Kelma Cunha Gallas

**Projeto Gráfico e editoração eletrônica**

Wellington Silva

**Capa**

Tiago Marques de França

**FICHA CATALOGRÁFICA**

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Divisão de Representação da Informação

D457 Desigualdades e violências no capitalismo neoliberal / Rosilene Marques Sobrinho de França, organizadora ; Adjaimé de Freitas Cadete ... [et al.], autores e autoras. -- Teresina : EDUFPI : LESTU, 2025.

E-book.

ISBN: 978-65-5904-363-7

DOI: [10.51205/edufpi.lestu/978-65-5904-363-7](https://doi.org/10.51205/edufpi.lestu/978-65-5904-363-7)

1. Capitalismo Neoliberal. 2. Desigualdades. 3. Violência. I. França, Rosilene Marques Sobrinho de. II. Cadete, Adjaimé de Freitas.

CDD: 306.342

Bibliotecária: Fabíola Nunes Brasilino - CRB 3/1014



Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI  
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella  
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI – Brasil



**Coedição:**

LESTU EDITORA CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 37.361.030/0001-33

Rua Olavo Bilac, 1951 • Teresina-PI



**Editora:** Ana Kelma Cunha Gallas





# **TRABALHO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E REFORMAS NEOLIBERAIS NA AMÉRICA LATINA:** análise das experiências chilena e brasileira<sup>1</sup>

*Rosilene Marques Sobrinho de França  
Maria D'Alva Macedo Ferreira*

## **INTRODUÇÃO**

**O** artigo intitulado “Trabalho, reestruturação produtiva e reformas neoliberais na América Latina”<sup>2</sup> objetiva analisar a experiência latino-americana, com especial enfoque na realidade brasileira e chilena, no que se refere às problemáticas decorrentes das alterações na produção e no mundo do trabalho, examinando-se o papel exercido pelo Estado frente às reformas neoliberais.

- 
- 1 Versão atualizada do trabalho publicado nos anais do XXXII Congresso Internacional ALAS Peru 2019: Rumo a um Novo Horizonte de Sentido Histórico de uma Civilização da Vida, realizado no período de 1 a 6 de 2019 em Lima, Peru.
  - 2 Trabalho desenvolvido com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Chamada MCTIC/CNPq Nº 28/2018 – Processo nº 422013/2018-8.

A hegemonia do neoliberalismo implementada a partir dos Estados Unidos, ocidente europeu, e, mais recentemente, na América Latina, favoreceu a configuração de dinâmicas geopolíticas baseadas em uma ordem capitalista globalizada e excludente, notadamente a partir da década de 1990, tendo como precursor o Chile desde os anos 1970/1980.

A metodologia consistiu em estudo bibliográfico e documental. Tomando-se como referência a ação do Estado diante da adoção da agenda neoliberal o artigo está dividido em duas partes. A primeira discute as questões relativas ao trabalho, à reestruturação produtiva e às reformas neoliberais na América Latina, e, a segunda, que examina alguns aspectos das reformas liberalizantes no Brasil e no Chile, discutindo-se a implementação da agenda neoliberal e seus desdobramentos no que se refere ao endividamento externo e às desigualdades sociais no plano interno.

Os resultados mostraram que, a exemplo dos países em análise, a América Latina tem sido marcada pelo aprofundamento das desigualdades sociais, crescimento dos aportes privados e atuação subsidiária do Estado, favorecendo a acumulação capitalista e seus aparatos econômicos e ideológicos, com retração de direitos, precarização dos vínculos trabalhistas, aprofundamento da questão social e fragmentação das lutas sociais.

## **TRABALHO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E REFORMAS NEOLIBERAIS NA AMÉRICA LATINA**

Na presente seção serão realizadas algumas aproximações em relação às reformas liberalizantes na América Latina, tomando-se como referência os países em que estas ocorreram

em menor espaço temporal (Chile, Peru, Bolívia, Argentina) e em relação aos países em que o receituário neoliberal vem sendo adotado em maior lapso temporal (Brasil, Costa Rica, Colômbia e México) (Bertola; Ocampo, 2012 *apud* Páez, 2017).

A passagem do modelo fordista-keynesiano para o toyotista-flexível foi perpassada pelos elementos que alteraram as relações de produção e de trabalho, com a geração de um crescente número de pessoas destituídas das condições necessárias à sua sobrevivência. Nesse sentido, já na década de 1960, os ingredientes da fórmula fordista de produção aliados ao modelo keynesiano apresentavam significativos sinais de esgotamento frente às contradições e explorações engendradas no contexto do capitalismo (Harvey, 1989).

Com a crise capitalista dos anos 1970 tem-se a elevação do desemprego (Brandão, 2017a; Petry, 2008). As referidas transformações foram acompanhadas da adoção do neoliberalismo (Anderson, 1995; Petry, 2008) que emerge como modelo de regulação econômico-social nos países de capitalismo avançado da Europa (a exemplo da Inglaterra, da Alemanha e da Dinamarca) e da América do Norte a partir dos anos 1980, e, posteriormente, com uma maior intensidade nos anos 1990 na América Latina, a partir do conjunto de medidas acordadas no Consenso de Washington em 1989, protagonizadas, dentre outros, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Brandão, 2017a).

As transformações ocorridas na contemporaneidade remetem às análises empreendidas por Castel (1998), ao apontar as fragilidades sociais engendradas na ordem do capital e que promovem a configuração das expressões da questão social (Campos, 2017). Na América Latina, as políticas liberalizantes

foram devastadoras, diante das fragilidades e desproteções sociais, promovendo contingentes elevados de desemprego e de precarização de vínculos trabalhistas (Campos, 2017; Ibarra, 2011; Lacerda, 2014).

A acumulação flexível promoveu o crescimento do trabalho informal nos países latino-americanos, com a elevação dos índices de pobreza (Campos, 2017, p. 3). Apesar da reestruturação produtiva e da ofensiva neoliberal ter sido implementada mais amplamente na América Latina a partir da década de 1990, ainda nos anos 1980, o *Chile* já era utilizado como laboratório das medidas liberalizantes durante a ditadura Pinochet.

As reformas liberalizantes foram adotadas na *Bolívia* em 1985, antes do Consenso de Washington, com o fim da ditadura militar e a redemocratização do país e o desenvolvimento da chamada Nova Política Econômica (NPE) durante o governo Estenssoro, a qual estava centrada na redução da inflação, na privatização de serviços públicos e na liberalização do mercado interno e externo, com repercussões nas relações de trabalho, emprego e renda, e com significativos impactos junto à população urbana e rural (Brandão, 2017a).

No *México*, o discurso liberalizante ganhou dimensão executiva no mandato de *Miguel de La Madrid* no período 1982-1988, recorte temporal em que ocorreu uma retração da intervenção estatal na economia, sendo que durante o interstício 1988-1994 no governo Carlos Salinas, as medidas neoliberais são implementadas com maior amplitude, com a retirada das barreiras ao livre do mercado e a contrapartida da ação estatal na redução dos gastos públicos e a privatização de empresas públicas, contexto em que o México se aproximou dos Estados Unidos, desenvolvendo articulações para a formatação do

Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) (Filho, 2007, p. 8 apud Brandão, 2017a).

Com a redemocratização formal do país na passagem dos anos 1980 para a década de 1990, ocorreu a implementação das medidas liberalizantes na *Venezuela* por meio do VIII Plano da Nação, com uma série de alterações macroeconômicas, que transformou o modelo nacional-desenvolvimentista que até então vinha sendo operacionalizado, conservando, contudo, o monopólio estatal do petróleo. No *Peru*, a agenda neoliberal foi implementada no governo Fujimori (1990-2000), com continuidades nos mandatos de Toledo (2001-2006) e Pérez (2006-2011), com significativos desdobramentos nos índices de desemprego e de desregulamentação das relações de trabalho, com crescimento da dívida externa, da corrupção e a atuação de grupos paraestatais, a exemplo do Sendero Luminoso. A implantação do ideário neoliberal na América Latina ocorreu de forma incisiva na *Argentina*, durante os mandatos de Menem (1989-1999), com ações a partir da aprovação das leis de reforma do Estado e de emergência econômica, contexto em que se destaca o denominado Plano de Conversibilidade (1991), que estabeleceu o peso como moeda argentina, tendo como base uma paridade cambial em relação ao dólar, com redução das medidas protecionistas ora existentes, com privatização de empresas estatais, notadamente no setor de telefone e de transporte aéreo, efetivando, assim, a abertura da economia ao capital internacional (Brandão, 2017a).

No *Brasil*, o ajuste neoliberal foi processado durante o governo Fernando Collor (1990-1992) e, posteriormente de Fernando Henrique Cardoso (FHC), tendo como base um plano de estabilização da economia (Plano Collor) e um conjunto de medidas liberalizantes, visando promover uma retração

do Estado na economia, reduzir a inflação e o *déficit* público (Brandão, 2017b).

De modo que a implementação do ideário neoliberal na América Latina favoreceu a globalização e o desenvolvimento do mercado internacional e transnacional, notadamente a partir da criação de blocos como a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1993 e do Mercosul em 1991 (Páez, 2017).

As crises financeiras que ocorreram nos países latino-americanos a partir da década de 1990 se relacionam com a mobilidade do capital em âmbito global, contexto em que os ajustes estruturais impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) estavam voltados para a garantia de que os países devedores estivessem com capacidades financeiras de adimplemento de suas obrigações no mercado internacional (Panitch; Gindin, 2012, p. 371 *apud* Páez, 2017, p. 311).

De modo que uma das realizações da agenda neoliberal foi a promoção da engrenagem necessária ao desenvolvimento da “sociedade de consumo de massa”, com a incorporação de um contingente de pessoas vulneráveis ao mercado consumidor (Lavinias, 2015, p. 2).

Como resultado desse processo o conjunto dos países latino-americanos em desenvolvimento apresentam-se perpassados por instabilidades e crises, com conjunturas políticas, econômicas e sociais que favoreceram o crescimento das desigualdades.

## **AS REFORMAS NEOLIBERAIS NA AMÉRICA LATINA:** aproximações em relação às experiências chilena e brasileira

Apesar do ideário neoliberal ter sido implementado em contextos políticos, econômicos, sociais e culturais com particularidades nos diversos países latino-americanos, as

experiências brasileira e chilena têm algumas confluências no que se refere aos seguintes aspectos: a) reformas no campo da Seguridade Social, considerando que, considerando as suas especificidades, em ambos os países ocorreram ações estatais no âmbito das políticas de saúde, de educação e de assistência social que favoreceram a retirada das barreiras estruturais ao ingresso do capital nessas áreas, contribuindo para a adequação das condições necessárias ao consumo em massa; b) aumento das desigualdades sociais, diante do crescimento significativo do número de trabalhadores instáveis, desempregados e pessoas desfiliaadas do sistema de proteção social.

O Chile foi o primeiro país latino-americano a executar reformas estruturais neoliberais, visto que estas ocorreram desde o governo de Pinochet (1973-1990), no sentido da “afirmação do caráter subsidiário do Estado”, bem como da “expansão dos mercados em várias áreas, com retração da indústria, fragilização da organização sindical e dos direitos dos trabalhadores”, com ações reformistas também nos “sistemas de previdência social e de saúde” (Oliveira; Machado; Hein, 2019, p. 1).

A construção do sistema de proteção social chileno ocorreu ainda na primeira metade do século XX tendo como base a perspectiva do seguro social a partir da Lei nº 4.054/1924, com financiamento tripartite por meio da contribuição de empregados, de empregadores e do Estado, sendo que o sistema protetivo constituído tinha como base a solidariedade, princípio substituído pelo regime de capitalização, quando da reforma do sistema no governo Pinochet (Oliveira; Machado; Hein, 2019).

No Chile, as alterações no campo político-social durante o governo Allende, promoveram repercussões no campo e no espaço urbano, notadamente no que se refere a reforma agrária, à concessão creditícia a agricultores familiares, à estatização de

companhias de mineração, bancos, telefonia, além de indústrias de alimentos e têxteis. Nesse sentido, o aumento da inflação, o controle de preços, a política restritiva das importações e as diretrizes nacionalizantes do governo Allende confrontaram os interesses do capital internacional, ensejando uma conjuntura político-social que culminou no golpe de Estado de 11 de setembro de 1973, fazendo com que o Chile passasse a ser o “‘laboratório’ para a aplicação da ortodoxia neoliberal” (Brandão, 2017a, p. 35).

Em conformidade com Valdés (1995, p. 35-36 *apud* Brandão, 2017a, p. 35-36), as reformas implementadas tinham como base, dentre outros, a configuração de livre mercado, com o fim do controles de preços, da abertura ao mercado internacional, medidas liberalizantes no âmbito do mercado financeiro e do capital internacional, reformas administrativas com a privatização de serviços saúde e de previdência social, privatização de estatais, anulação das medidas relativas à reforma agrária e fragmentação do movimento sindical.

Assim, se compararmos as reformas neoliberais realizadas no Chile com os ajustes nas economias latino-americanas, sem dúvida a mais importante características que o distingue é o seu caráter extemporâneo, uma vez que o restante da América Latina só passou por esse processo a partir de meados da década de 1980, quando as medidas de ajuste de caráter neoliberal, emanadas pelos organismos financeiros internacionais (FMI, BID e Banco Mundial) e depois pelo consenso de Washington, dominaram o cenário político e econômico da região e passaram a ser adotadas por determinados governos: Victor Paz Estenssoro (Bolívia), Carlos Salinas (México), Carlos Andrés Perez (Venezuela), Alberto Fujimori (Peru) e Carlos Menem (Argentina) (Brandão, 2017, p. 36).

A estabilização socioeconômica no Chile foi uma das primeiras medidas a serem buscadas por Pinochet, visando contribuir para o crescimento produtivo e a acumulação capitalista. Contudo, ao tempo em que a inflação foi reduzida, houve uma queda no PIB. No entanto, somente a partir de 1975, foram desenvolvidas ações mais efetivas na economia, com privatizações de estatais e abertura ao capital internacional (Martinez; Oliveira, 2016, p. 79).

Apesar da contenção da inflação, do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) chileno no período 1978-1995 e da redemocratização do país a partir de 1990 (Martinez; Oliveira, 2016), o ideário neoliberal centrado na internacionalização da economia contribuiu para o aprofundamento das desigualdades sociais, bem como para o crescimento do número de desempregados, de trabalhadores instáveis e de desprotegidos sociais.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 colocou a Seguridade Social como um tripé composto pela previdência social, saúde e assistência social. A previdência social brasileira com base no seguro social, aliada a política de saúde numa perspectiva de universalidade e à assistência social sem contribuição prévia, se constitui em importante pilar do sistema protetivo (Ditticio, 2007; Martinez; Oliveira, 2016).

A reforma do Estado executada a partir da agenda neoliberal foi inaugurada no Brasil ainda durante o governo Collor por meio de um conjunto de privatizações de “empresas públicas e de sociedade de economia mista”, efetivadas a partir do Programa Nacional de Desestatização (PND), aprovado pela Lei nº 8.03119/1990, tendo como base consultorias e auditorias privadas, bem como a atuação da Comissão Diretora no âmbito do Fundo Nacional de Desestatização e do Banco Nacional de

Desenvolvimento econômico e Social (BNDES) (Brandão, 2017b, p. 17), visando, dentre outras, a realização de um reordenamento da ação estatal junto às questões econômicas, implementando medidas no sentido da redução da dívida pública e de incentivo à modernização produtiva, bem como da privatização de empresas estatais e de serviços públicos (BRASIL, 1990).

Nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) o juste neoliberal teve como base o Plano Real e o programa de reforma do Estado cujo eixo norteador tinha como base as reformas trabalhista, previdenciária e administrativa, empreendendo a discussão em torno da reforma tributária, que favoreceram a realização de privatizações (Brandão, 2017b).

Ao atribuir a crise fiscal à política nacionalista e desenvolvimentista de governos anteriores a Era FHC foi marcada pela reforma do Estado visando promover uma adequação do país às diretrizes globalizantes e liberalizantes. Contudo, a estabilização da moeda e a redução do processo inflacionário promovidos pelo Plano Real a partir de uma perspectiva de valorização monetária, alta taxas de juros e crescimento da dívida externa, não conseguiram impactar significativamente em termos de crescimento do PIB, ocorrendo ainda um aumento do desemprego, notadamente após as crises mexicana (1994-1995), asiática (1997) e da “moratória russa” (1998) (Brandão, 2017b, p. 21).

Na realidade brasileira a reforma do Estado foi orientada na perspectiva dos interesses do mercado, com a retração estatal nas políticas públicas de saúde, de educação e de previdência social (Brandão, 2017b).

No que tange às privatizações, o governo FHC alterou algumas regras do seu processo, estabelecendo novas diretrizes e ampliando o seu escopo. Nos seus oito anos de governo, FHC

conseguiu aprovar mudanças constitucionais importantes, entre elas, a eliminação de restrições em relação ao capital estrangeiro, a quebra do monopólio estatal sobre a exploração do petróleo – abrindo espaço para os leilões de poços e campos petrolíferos a partir da criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) – e o fim do controle estatal sobre o sistema de telecomunicações, possibilitando a venda de empresas públicas na área de telefonia. Foram, ainda, incluídos no PND, o setor elétrico, as concessões das áreas de transporte, rodovias, saneamento, portos, as telecomunicações. Iniciou-se, assim, uma nova fase da privatização no Brasil (Brandão, 2017b, p. 22).

Durante a Era Lula o rompimento das barreiras estruturais à expansão da acumulação capitalista e dos processos de globalização ocorreu por meio de uma “articulação entre política econômica e política social”, com a promoção de uma “ampliação do consumo de massa via políticas sociais”, e a inclusão social de indivíduos e famílias a partir de uma lógica de mercado (Lavinias, 2015, p. 2).

A partir de 2016, com o *impeachment* de Dilma Rousseff as reformas previdenciária e trabalhista entraram fortemente na agenda pública brasileira, aliadas a um conjunto de medidas conservadoras e de retração de direitos.

De forma que, por um lado, ao tempo em que o receituário neoliberal promoveu a retirada das barreiras ao desenvolvimento do capital, também tem favorecido o aumento da dívida externa do Estado e a elevação do número de indivíduos e famílias afetadas pelas expressões da questão social, diante do progressivo desmonte da proteção social.

No âmbito da assistência social brasileira as principais estratégias de transferência de renda, o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), apesar de terem contribuído para redução da pobreza e de extrema pobreza,

não impactaram na diminuição das desigualdades sociais, visto que a lógica de implementação que os regem está centrada em recortes seletivos e fragmentados.

A previdência social brasileira tem como base os princípios de repartição e de solidariedade entre trabalhadores ativos que “contribuem para um fundo que paga os benefícios dos inativos em cada período, configurando um pacto entre gerações” (Oliveira; Machado; Hein, 2019, p. 1).

A criação do Micro Empreendedor Individual (MEI) na realidade brasileira permitiu a vinculação à seguridade social de pessoas de baixa renda a partir do estabelecimento de uma alíquota de contribuição reduzida, favorecendo um maior acesso de pessoas autônomas e com vínculos precários. Nesse sentido, a ação do Estado ocorre a partir de uma lógica mercadológica que articula política social e política econômica, visando a retirada das barreiras estruturais ao consumo em massa, retirando da informalidade um conjunto de pessoas que incrementam a produção e o consumo de bens e serviços (Lavinias, 2015).

A exemplo do Chile, o modelo de capitalização individual tem sido colocado como base para a reforma da previdência social brasileira na contemporaneidade.

No contexto brasileiro atual, o regime chileno, alicerçado na capitalização individual, tem inspirado a proposta de reforma da previdência do Governo Bolsonaro, defendida pelo Ministro da Economia Paulo Guedes e apresentada ao Congresso Nacional em fevereiro de 2019. Nesse sentido, cabe explorar a experiência da reforma chilena, visando a extrair lições e refletir sobre os eventuais desdobramentos da adoção de um modelo similar no Brasil (Oliveira; Machado; Hein, 2019, p. 1).

Cabe destacar que a experiência chilena tem mostrado os prejuízos sociais decorrentes dessa lógica baseada na

capitalização e no seguro individual, visto que tem havido um “processo de desnacionalização dos recursos do sistema”, e que boa parte das Administradoras de Fundos de Pensões (AFP) fazem parte de um capitalismo transnacional, dentre as quais podem ser citadas as seguintes instituições: “Metlife (Estados Unidos), Principal Financial Group (Estados Unidos), Citigroup (Estados Unidos), BTG Pactual (Brasil) e Grupo Sura (Colômbia)” (Oliveira; Machado; Hein, 2019, p. 3), mostrando que tal setor saiu da órbita governamental como um campo do direito para uma lógica securitária regida pelo mercado.

Diante dos elevados índices de informalidade e de desigualdades na realidade brasileira, assim como no Chile, a reforma previdenciária baseada na lógica da capitalização será extremamente prejudicial, notadamente para os segmentos sociais pobres e extremamente pobres que, em significativa parcela, constituem o contingente de supranumerários, sem acesso a trabalho e renda. De modo que como resultado da implementação do receituário neoliberal na América Latina, notadamente no que se refere à experiência brasileira e chilena, tem-se alterações no que se refere aos processos de mobilidade social (Ibarra, 2011), com significativas repercussões no exercício da cidadania.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O sistema previdenciário público que emerge no Brasil a partir da década de 1930 vem sofrendo significativas inflexões frente às conjunturas econômicas e político-sociais que se configuraram a partir da década de 1990, caracterizadas pela privatização, flexibilização e precarização.

As análises apontaram que nas experiências chilena e brasileira têm sido configuradas políticas voltadas para os interesses do capital, que têm ensejado o aprofundamento das desigualdades sociais, o crescimento dos aportes privados e a atuação subsidiária do Estado, favorecendo a acumulação capitalista.

As reformas neoliberais efetivadas no Brasil têm significativos impactos junto a um quadro social de desigualdades histórica e socialmente construídas, cuja redução, requer um aparato de políticas públicas universalistas, capazes de promover a garantia de direitos, notadamente para os segmentos sociais vulnerabilizados, de forma a favorecer o acesso a bens e serviços pelos diversos segmentos e grupos sociais.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BERTOLA, L.; OCAMPO, J.A. **The Economic Development of Latin America Since Independence**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Reformas Neoliberais na América Latina, **Aedos**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 31-56, Dez. 2017a, p. 31-56.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. **Crise do estado e reformas neoliberais na América Latina**: as privatizações na Argentina

e no Brasil. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Niterói, 28 a 30 de agosto de 2017b, p.1-32.

CAMPOS, Rosana Soares. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza, **Polis**, 47, 2017, p. 1-20.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, Brasil: Vozes, 1998.

DITTICIO, Claudio. **Experiências Neoliberais Brasil, Argentina, Chile e México**. Dissertação de Mestrado em Economia Política, apresentada a Universidade Pontifícia de São Paulo. Orientador: Júlio Manoel Pires, 2007. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/9319/1/Claudio%20Ditticio.pdf>. Acesso em 08 de julho de 2019.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1989.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 2 (122), pp. 238-248 abril-junho/2011, p. 238-248.

LACERDA, Jan Marcel de Almeida Freitas. As reformas neoliberais no contexto latino-americano: condicionantes externas, influência dos organismos econômicos internacionais e agravamento dos índices sociais. **Revista Eletrônica**

**EXAMÃPAKU** | ISSN 1983-9065 | V. 07 – N. 03 | setembro-dezembro/2014, p. 23-40.

LAVINAS, Lena. A financeirização da política social: o caso brasileiro, Fundação João Mangabeira em colaboração com Humboldt-Viadrina Governance Platform, Rio de Janeiro, **Forthcoming at Politika**, n. 2, July 2015, p.35-51.

MARTINEZ, Elias David Morales; OLIVEIRA, Felipe de. Políticas neoliberais na América Latina: uma análise comparativa dos casos no Brasil e Chile. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, ISSN 2236-4811, Vol. 7 (1), 2016.

OLIVEIRA, Suelen Carlos de; MACHADO, Cristiani Vieira; HEIN, Aléx Alarcón. Reformas da Previdência Social no Chile: lições para o Brasil. **Cad. Saúde Pública** 2019; 35(5), p. 1-5.

PÁEZ, Sergio Martin. Notas sobre Neoliberalismo, Geopolítica e Estratégias nacionais de desenvolvimento de América Latina no começo do século XXI. **REBELA**, v.7, n.2. mai./ago. 2017, p. 302-328.

PETRY, Almiro. **Neoliberalismo e globalização na América Latina**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Formação Humanística, Eixo: América Latina, 2008, p. 1-27. Disponível em <http://www.projeto.unisinos.br/humanismo/al/neoliberalismo.pdf>. Acesso em 08 de julho de 2019.



“Este livro resultado de uma potente parceria que reúne esforços e sintonia em torno do debate sobre as “reformas” neoliberais, as desigualdades, violências e seus desdobramentos junto à família e seus membros. Necessita ser lido com urgência, posto que a ofensiva ao Estado Democrático de Direitos e às conquistas da nossa classe parecem terem fincado os pés no país. Mais do que nunca é chegada a hora de aumentar a vigilância e reafirmar os princípios ético-políticos em defesa da liberdade, da democracia e da justiça social. O livro nos arma para a permanente e intensa disputa no interior da sociedade e do Estado”.

Juliana Iglesias Melim  
*Professora adjunta da Universidade  
Federal do Espírito Santo (UFES)*

